



PROJOVEM URBANO E A AÇÃO COMUNITÁRIA: DISCUTINDO O ENGAJAMENTO SOCIAL DE EGRESSOS

Edinólia Portela Gondim (UFMA)

Lélia Cristina Silveira de Moraes (UFMA)

Financiamento: Edital PROEJA/CAPES

INTRODUÇÃO

O grande contingente de jovens em precárias condições socioeconômicas e em situação de vulnerabilidade social, principalmente, nos países latinos americanos e no Caribe, tem provocado muita tensão na juventude e agravado diretamente os processos de integração social, além de, em muitos casos, fomentar o aumento da violência e da criminalidade. Essa problemática vem preocupando órgãos interessados por tal questão, como a ONU (2001a; 2001b), a Unesco (2002; 2004), a OIT (2001; 2004; 2006) e a Cepal (2000; 2004), e, afetado as mudanças de visão sobre a juventude¹ e seus processos de engajamento na sociedade.

Além da preocupação com o trabalho, entendido como um mecanismo de integração social aliado à subsistência familiar e individual e como elemento que contribui para o desenvolvimento econômico dos países, esses organismos apontam o engajamento em ações coletivas e de bem comum como uma grande possibilidade para incluir essa juventude na dinâmica social, embora exista uma defesa no âmbito das políticas públicas de que a aludida juventude já é cidadã. Assim, na perspectiva de minimizar a mencionada tensão e inserir a juventude nos processos sociais, algumas políticas públicas têm sido formuladas.

¹ Nas últimas décadas a literatura e as políticas públicas têm focado o jovem como vitimizado por situação vulnerabilizante, mais recentemente, como sujeito de direito. (UNESCO, 2004).

No Brasil, essa preocupação se tornou mais objetiva a partir de meados da década de 1990, sendo consubstanciada em 2004 com a Política Nacional da Juventude composta por três propostas: Secretaria Nacional da Juventude, Conselho Nacional da Juventude e o “Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária-PROJOVEM²”. A partir dessa política foram definidas ações concretas, sob a lógica de políticas focalizadas e específicas para o segmento social jovem, com o formato curricular que interrelaciona educação, trabalho e participação social.

Nesta perspectiva, o ProJovem passa a contemplar em seus objetivos e finalidades a elevação da escolaridade, por meio do ensino fundamental, preparação para o trabalho, com a oferta da qualificação profissional básica, e incentivo ao desenvolvimento de ações em comunidade, por meio da ação comunitária. Possibilita assim, educação, qualificação profissional e experiências em desenvolvimento de ação comunitária aos jovens que não completaram o ensino fundamental, oportuniza a esse segmento a volta à educação formal, promove a aceleração dos seus estudos e lhes garante competências e habilidades que os qualifiquem para o mundo do trabalho e lhes oportunize uma opção de socialização.

Importa dizer que a Política para Juventude na qual se insere o ProJovem se estabeleceu também por efeito de mudanças no cenário brasileiro, surgidas a partir da reforma do Estado³, já que, a partir de então, a visão de políticas específicas foi se sedimentando. Entre estas, destacam-se as políticas de corte social para enfrentamento da pobreza que se apropriam do mecanismo de repasse de renda⁴. Congregado a esse fator, é possível registrar o grande número de jovens em estado de vulnerabilidade⁵, sem projeto de vida (MELO; CASTELO BRANCO, 2009), tendo em vista que, naquele contexto, início dos anos 2000, o jovem respondia por 50% do desemprego nacional e ainda do total de 33,5 milhões de jovens, somente a metade frequentava a escola (IBGE, 2001).

Este trabalho é um desdobramento da pesquisa que realizamos no doutorado na qual avaliamos o ProJovem inicial, implementado nos anos de 2005/2006, na cidade de São Luís (MA). Um trabalho de cunho avaliativo/ comparativo e abordagem qualitativa, em que, a partir dos objetivos e das finalidades do programa, buscamos identificar e analisar suas

² Destinado aos jovens na faixa etária de 18 a 26 anos, residentes em grandes cidades e que não concluíram o ensino fundamental.

³ Reforma realizada na segunda metade da década de 1990.

⁴ Políticas de transferência de renda sem corte geracional foram adotadas no Brasil desde a década de 80, direcionadas para os mais empobrecidos por meio de programas alimentares e empregos temporários. (NOVAES, 2009).

⁵ 34 milhões de jovens em todo Brasil sem acesso aos direitos de saúde, educação pública de qualidade, trabalho, lazer, entre outros (IBGE, 2000).

contribuições para a cidadania dos concluintes. Para tanto, nos apoiamos no conceito de cidadania defendido por Arendt (2007), levando em conta que na sociedade atual, a condição humana antes de tudo precisa ser compreendida a partir do “direito ao direito”. Além disso, nos sustentamos na concepção de cidadania inaugurada no século XX, que auferir aos cidadãos direito aos bens socialmente produzidos. No caso dos jovens sujeitos desse estudo, é conferido como direito o acesso ao engajamento em ações comunitárias, tendo em vista que o foco deste trabalho refere-se a Dimensão Comunitária, uma das três⁶ que compõe o programa, embora se faça referência às outras duas dimensões, considerando a associação entre as mesmas no corpo do ProJovem. Na esteira desse pensamento, elegemos como pergunta de pesquisa: Qual a diferença provocada pelo ProJovem na vida dos egressos residentes em São Luís/MA?

Naquela oportunidade trabalhamos com 154 sujeitos, sendo 74 egressos e 80 não ingressantes. Contudo, a discussão que aqui apresentamos refere-se a dados que não foram utilizados no corpo da tese tendo em vista que realizamos uma densa pesquisa de estudo comparativo obtendo inúmeras informações as quais puderam nos proporcionar novos estudos a exemplo deste.

SITUANDO O PROJOVEM

A dinâmica histórica do Brasil no final da década de 1990 e início dos anos 2000 concorreram para a existência de uma política no modelo do ProJovem, pois a proclamação da educação como direito de todos, no sentido da construção da cidadania, garantido por meio da Constituição Federal em 1988, em seu artigo 205, bem como a promoção da formação socialmente significativa para o exercício da cidadania responsável e consciente, cujo desdobramento são manifestados no desenvolvimento de currículos articulados às demandas da democracia participativa, indicado no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), muito contribuíram para a tônica do programa, bem como, para as demais políticas públicas que pretendem preparar a juventude para o exercício da cidadania mediante a elevação da escolaridade, qualificação para o trabalho e articulação de elementos que contribuam para o sentimento de pertencimento social. Deve-se salientar que essa influência existe mesmo tendo os aludidos dispositivos legais se assentado na lógica que direcionou as lutas pela

⁶ O programa é composto por três Dimensões: Escolarização com 1.200 horas, sendo somente 800 presenciais, Qualificação Profissional com 350 horas e Ação Comunitária com 50 horas.

redemocratização do país na década de 1980, as quais requeriam políticas que garantissem direitos para todos, isto é, direitos universais, diferentemente da lógica de políticas específicas, como o ProJovem – que emergiu em um contexto de matizes neoliberais⁷, as quais sustentaram a reforma do Estado brasileiro nos anos de 1990.

Todavia, o formato do ProJovem também conjuga a importância de políticas universais que consideram as particularidades juvenis, enfoca os jovens como atores principais, além de, devido à sua forte vertente participativa, possibilitar aberturas à socialização, à medida que requer acompanhamento de pesquisas, inserção das universidades e percepções dos atores beneficiados.

Sabemos que, em uma sociedade como a nossa, as políticas sociais são enredadas em virtude do caráter antissocial da política econômica, sendo as primeiras uma manifestação típica das sociedades capitalistas, que impõem limites estruturais às políticas públicas. Na última década, então, estas vêm se revelando de forma específica e focalizada. Sua emergência, porém, é justificada por meio das prementes necessidades contextuais, que reclamam a objetiva redução das desigualdades sociais. Para o segmento juvenil, a lógica dominante das políticas atuais reserva uma importância essencial, dado o significado que a juventude carrega em si como força propulsora de incremento dos países e como humanidade adulta no futuro. Assim, foi dispensado às aludidas políticas um enfoque inovador que, além de pretender tirar a juventude da vulnerabilidade⁸, acreditar que os jovens cooperem para o desenvolvimento das nações, participando do incremento produtivo do país com sua força de trabalho, ainda possam ajudar seus pares a saírem da condição socioeconômica desfavorável (pobreza) por meio do engajamento social.

Nessa lógica, e considerando as proposições do ProJovem no referente a dimensão Ação Comunitária⁹, levamos em conta como ações de cunho comunitário, aquelas desenvolvidas em associações de bairro, clubes de jovens, grupos religiosos, e outras agremiações similares, incluindo as manifestações culturais, também as atividades ligadas a esportes e ao lazer.

⁷ O neoliberalismo sustenta a tese de que o mercado é o principal mecanismo de regulação social, defende o Estado mínimo, combate as políticas macroeconômicas de matriz keynesiana e a garantia dos direitos sociais, defendendo como meta a estabilidade monetária.

⁸ Jovens desprovidos de políticas públicas que lhes garantam o desenvolvimento pessoal e como cidadãos que contribuem para o incremento do país a exemplo de escola e trabalho. (ONU, 2001b).

⁹ Inserção dos jovens em experiências de ações comunitárias e interesse público.

Utilizamos como estratégia e instrumental de pesquisa o questionário¹⁰ e a técnica de grupo focal¹¹, as questões temas lançadas aos jovens versaram sobre as suas participações em ações comunitárias do modelo já mencionado, considerando a atuação dos jovens egressos antes (2005/2006) e depois que frequentaram o ProJovem, e, principalmente, **a que atribuíam suas participações nessas ações**. As respostas às nossas indagações foram obtidas, basicamente, por meio da categorização das falas desenvolvidas nas discussões realizadas nos grupos focais, apresentando os seguintes resultados:

DISCUTINDO ALGUNS RESULTADOS

Identificamos 66 jovens envolvidos com atividades na comunidade, sendo 4 em associações de bairro e escolas comunitárias e 62 ligados a manifestações culturais, destes, 15 já participavam antes do ingresso no ProJovem. Importa dizer que dentre os jovens ligados a manifestações culturais depois de concluírem o ProJovem (47), 15 concomitantemente participavam de grupos religiosos. Dessa forma, localizamos, em sua totalidade, 51 jovens participando de atividades nos bairros após frequentarem o ProJovem.

A propósito do mencionado, estudos de Castro e Vasconcelos (2007), definem as formas de participação juvenil em três tipos: (1) de caráter corporativo: trabalhista e estudantil; (2) de caráter religioso; e do tipo (3) organizacional: esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial.

Como vimos, a maioria da juventude está integrada em atividades referentes a manifestações culturais (artísticas/religiosas) a exemplo do bumba-meu-boi, dança do Cacuriá, festa do Divino Espírito Santo, quadrilhas, e outras expressões dessa natureza, entremeando encontramos jovens que desenvolvem também ações de caráter religioso. Ademais, descobrimos um pequeno quantitativo, de 4 jovens, porém muito expressivo e diferenciador, engajados em atividades relacionadas a questões de escola comunitária e associação de bairro, as quais podem ser enquadradas nas atividades assistencialistas que compõem o grupo das ações do tipo organizacional.

A atuação desses jovens revela preocupação com as condições de vida da comunidade e mostra que buscam os direitos de proteção social. Isso se traduziu ao nosso olhar como um exemplo de solidariedade e expressão das suas potencialidades, como

¹⁰ O questionário para fins de perfis dos sujeitos.

¹¹ Os grupos focais se constituíram de quatro com 12 jovens e dois com 13 jovens.

advogam as finalidades expressas nos documentos do ProJovem (BRASIL, 2005c). Esses jovens, como outros 20 localizados dentro o grupo dos egressos, dizem que estão engajados em atividades com esse caráter porque o programa exerceu forte influência sobre os seus processos de integração intergrupar. De outra maneira, todos os jovens que se inseriram nessas ações depois que passaram pelo programa, um total de 51, atribuem a ele algum mérito por esse engajamento, sendo que o quantitativo de 27, que estão inseridos em organizações de manifestações culturais, em condições de brincantes, sem ocupações de comando, não apontam essa contribuição de forma tão acentuada como evidenciam os 24 que se integraram em associação de bairros, escolas comunitárias e que também ocupam lugares de destaque nas organizações culturais.

Para efeito de melhor compreendermos o que afirmamos primeiramente, sintetizamos as proposições dos quatro jovens engajados em ações ligadas a escolas comunitárias e associação de bairro, nas duas abaixo relacionadas:

[...] nossa luta é [...] para termos uma escola mais perto de casa [...] para as crianças não se arriscarem na rua em escolas longe. Ajudo também no ensino, quando não tem professor... Sempre gostei desse tipo de atividade, mas lá no ProJovem, com o PLA¹², tive oportunidade de me desenvolver mais, além disso, com os estudos lá pude entrar no Ensino Médio e me desenvolver mais pra falar, assim... Reivindicar... (Reinaldo, 29 anos).

[...] na associação a gente vê [...] coisas que o bairro precisa, e vamos reclamar com as autoridades e com as próprias pessoas. Que coisas? Lá observamos os estudos das crianças, a água que falta muito, as ruas esburacadas e cheias de lixo, essas coisas. [...] Atribuo essa minha tarefa também ao ProJovem, porque lá estudei e pude continuar. [...] O estudo foi fundamental para eu ter mais confiança para falar e lutar pelos nossos direitos. (Marilda, 29 anos).

Os jovens mencionados, assim como os outros dois que compõem esse grupo, demonstram preocupação com os acontecimentos que concorrem para melhorar os processos que garantem acesso aos direitos e aos bens públicos que toda população precisa, o que se revela para nós como exercício de cidadania, explicitado pela ação conjunta dos homens por meio da organização da comunidade. Na medida em que esses sujeitos transpõem os impedimentos e vão requerer os seus direitos (ARENDR, 1992), manifestam também solidariedade (BRASIL, 2005c) para com os seus pares e dizem que o ProJovem colaborou para que desenvolvessem essas ações.

¹² Plano de Ação.

Todos deixam claro que os conhecimentos adquiridos no programa, permitiram-lhes continuar os estudos, bem como, que a interação social lhes ofereceu segurança para desenvolver atividades desse tipo.

É sabido que a escola tem múltiplas funções que abarcam desde a reprodução até a transformação da ideologia, como também valores códigos e significados sociais. Existe também a argumentação de que a escola (des) educa, sufoca sonhos e que melhor seria se não existisse (ILLICH, 1973). Entretanto, o argumento de que é espaço de obtenção de conhecimento e interação social que possibilita o exercício individual junto ao coletivo foi uma das finalidades advogadas pelos egressos no que se refere ao cumprimento de suas ações na comunidade.

Em sua dinâmica curricular o ProJovem contempla o Plano de Ação Comunitária - PLA, com destaque para o fato de que precisaria estar vinculado aos componentes curriculares incluídos nas outras duas dimensões, este deve ser construído e implementado pelos jovens, considerando uma problemática da comunidade onde estão inseridos, contudo, sob a orientação do professor. Por meio da sua construção e aplicação, o ProJovem objetiva dar aos jovens uma oportunidade para exercitarem aspectos atitudinais ligados à negociação, situação de conflito, recuo e avanços típicos das estratégias que envolvem esse tipo de atividade, para que, a partir daí, os jovens pudessem refletir sobre as práticas sociais que são desenvolvidas no encaminhamento de ações dessa natureza, como também consolidar experiências em atividades com esse caráter, entendendo desta forma, o valor do trabalho coletivo e solidário. O ProJovem pretendia ainda, por meio do PLA e da inserção da juventude na comunidade, contribuir para formação de habilidades e competências que encaminhassem essa juventude a participar mais efetivamente das articulações que se engendram no social, tendo como fim útil o exercitar de suas cidadanias. (BRASIL, 2005c).

Reafirmamos que esses quatro jovens passaram a se envolver em atividades dessa natureza depois que frequentaram o programa e, além disso, suas atuações se concentram em ações pertinentes a associações de bairro e escolas comunitárias, não estando engajados, portanto, em atividades com foco nas manifestações culturais ou religiosas. Além desse ponto, é importante ressaltar que os quatro já haviam cursado o Ensino Médio no período em que realizamos a pesquisa.

Subtraindo o número de jovens engajados em manifestações culturais¹³ antes de frequentarem o programa, localizamos 47 inseridos nessas atividades no contexto da realização da pesquisa, todos atribuem ao ProJovem alguma contribuição por esse engajamento. Contudo, nem todos dispensam ao programa a total responsabilidade por esse fator, mas mencionam de forma, por vezes, secundária, mas não menos relevante, que o curso teve importância para que estivessem desenvolvendo atividades com esse caráter.

As revelações que demonstram maior valorização ao ProJovem por fortalecerem essas ações advieram dos jovens que, além de atuarem nos grupos de manifestações culturais como brincantes, atuam também por meio do desenvolvimento de atividades que lhes permitem assumir cargos e ocupar postos no seio desses grupos – entidades que representam as localidades em que moram.

Os 20 jovens que ocupam lugares expressivos nas organizações culturais, igualmente como os 4 que desenvolvem ações nos bairros e nas escolas, concluíram o Ensino Médio e estão localizados em postos de trabalho considerados de maior valor social entre os ocupados pelos egressos.

Tal fator nos encaminha a refletir que a associação entre escolaridade e engajamento ou participação, possivelmente represente o efeito gregário-formativo da convivência com os pares, sugerindo a importância do ambiente escolar como espaço para encontro de experiências e o diálogo coletivo (CASTRO; VASCONCELOS, 2007).

O ProJovem, mesmo sendo um programa emergencial e que dispõe de uma carga horária reduzida se comparada com a da educação regular, possui em seu desenho e currículo, espaços, momentos, conteúdos e atividades para o exercício do espírito gregário da juventude, além do agrupamento inerente às Dimensões Escolarização e Qualificação Profissional, bem como as atividades realizadas nas estações juventudes. A Dimensão Ação Comunitária com o formato que requer inserções junto à comunidade, concorre para fortalecer esse aspecto.

Contudo, a juventude pesquisada em grande maioria atribui seu engajamento a fatores que se movem em direção à complementação da escolarização, o que por seu turno não exclui a Dimensão Ação Comunitária, mas focaliza a dimensão que contempla a conclusão do Ensino Fundamental em detrimento das outras duas.

O que tratamos é confirmado pelo posicionamento dos jovens situados nos postos de comando:

¹³ Antes de frequentar o ProJovem 15 jovens já estavam engajados em manifestações culturais.

[...] Ajudo na confecção das vestimentas do boi lá do bairro, sempre que precisamos nos reunir sou chamada para concentrar os brincantes e falar sobre a importância da brincadeira pra todos nós [...]. Gosto da brincadeira, mas gosto mais do respeito e importância que todos têm por mim lá dentro. [...] acho que foi bem aí que o ProJovem me ajudou; pude terminar o Ensino Médio, o que me fez ter mais confiança em mim mesma. (Antônia, 27 anos).

Sou o responsável da ala das moças no Cacuriá, [...]Minha passagem pelo ProJovem me possibilitou entrar no Ensino Médio [...] e me deu mais capacidade para me desenvolver nessa função, não somente na dança [...] mas saber que é uma forma de expressão da nossa comunidade, e que pela dança nosso bairro é reconhecido. (Mônica, 27 anos).

O posicionamento dos jovens, além de confirmar que esses explicitam a via da escolarização para seus engajamentos nas manifestações culturais, coaduna com as proposições do ProJovem e expressa a contribuição do programa para que se insiram em ações desse porte. Além disso, revela que eles não estão alheios à consciência sobre os direitos e os deveres que devem ser exercitados em uma sociedade democrática, ou seja, tal consciência se materializa em suas inserções comunitárias e na busca por um aprendizado que contribua para que sejam ou tornem-se cidadãos livres e participativos. As manifestações culturais, por essas perspectivas, caracterizam-se também como espaços de construção de novas formas de cidadania (DIAS, 1996).

As mesmas atitudes observamos nos discursos dos jovens que simultaneamente fazem parte dos grupos religiosos de bairro.

Faço parte do grupo [Centro Espírita] que ministra aulas de valores todos os sábados para as crianças do bairro. Às vezes passeamos com elas, levamos ao cinema. No natal e dia das crianças arrecadamos brindes para darmos de presente. Sinto-me muito bem fazendo isso. [...] Não; antes do ProJovem não entendia muito bem isso, não. Passei a fazer isso depois que fiz o Ensino Médio. (Francisca, 29 anos).

Contudo, ainda que se considere o engajamento juvenil em ações de cunho coletivo como novidade no âmbito das políticas para esse segmento, precisamos ponderar que, no Brasil, a ação coletiva de cunho geral, não exclusiva da juventude, não é nova, pois remonta à colonização. Até meados do século XX, foi desenvolvida predominantemente pela Igreja Católica, sustentando-se, obviamente, em valores de caridade cristã e direcionando-se para a saúde e a educação por meio de serviços sociais e assistenciais. (FERNANDES, 2002). Atingiu seu apogeu na década de 1970, com as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs¹⁴,

¹⁴ Reuniam pessoas que moravam na mesma região e que professavam a fé católica.

Ratificamos a existência de 51 jovens egressos engajados em ações comunitárias após suas passagens pelo programa e que lhe atribuem algum mérito por essa ocorrência em suas vidas, compreendemos que tais ações, na medida em que são produzidas por esses atores, ainda os condicionam (ARENDR, 2007), o que também as caracteriza como forma encontrada por esses sujeitos para buscarem o “direito a ter direito” e assim exercerem, embora que minimamente, uma parcela de suas cidadanias.

É fato que alguns jovens manifestam que a influência do ProJovem não ocorreu de forma tão decisiva, como foi declarado pelos que desenvolvem ações em escolas comunitárias e nas associações dos bairros, ou mesmo como declararam aqueles que ocupam postos dentro das organizações que representam as manifestações culturais. Contudo, não deixaram de mencionar essa influência para esse tipo de engajamento.

Dentre os 27 egressos que desenvolvem o mencionado modelo de atividade na condição de brincantes, 13 imprimem em suas respostas mérito ao ProJovem por desenvolverem as aludidas ações, similarmente aos jovens ocupantes de espaços de comando nas organizações. Também não deixam de citar o fato de terem escolarização básica como fator preponderante, e ainda explicitam o espírito de pertencimento demonstrado até então. As declarações a seguir traduzem o pensamento do grupo e ilustram as nossas posições.

Participo da festa do Divino. Minha avó e minha mãe sempre pelejaram pra eu participar; eu nunca quis, tinha vergonha [...]. Depois que fiz o ProJovem e pude continuar os estudos, vi como essas representações são importantes pra nossa cultura (Joaquim, 29 anos).

Danço no Cacuriá do bairro. Gosto muito, porque no momento da dança esqueço minha vergonha e esse ajuntamento leva o nome do bairro e cria amizades. [...] O estudo no ProJovem me influenciou a acreditar mais em mim e ver que eu também poderia fazer essas coisas. (Soraya, 27 anos).

Os outros 14 egressos brincantes já não traduzem em suas declarações valor tão especial ao programa, por estarem inseridos nas manifestações. Eles não deixam, entretanto, de mencionar o ProJovem como um mecanismo que teve influência sobre esse aspecto. As declarações a seguir sintetizam o pensamento desses 14 jovens e confirmam nossas declarações:

Danço no tambor de crioula. Toda família mexe com isso. Antes eu tinha vergonha [...], depois dos estudos do ProJovem me senti mais incentivada[...] é bom porque o tambor eleva o nome do nosso bairro. (Loide, 29 anos).

Sou índia no boi do bairro. Sempre gostei, mas nunca tinha ido. [...] depois que estudei no ProJovem, me desenvolvi mais e fui[...]. O grupo do boi também ajuda nos problemas do nosso bairro e eu gosto de auxiliar nessas coisas. (Rita, 27 anos).

Ressaltamos que a condição de brincante que ocupam esses jovens não diminui seu envolvimento com essas manifestações que dão expressividade ao bairro, e esse fator se constituiu como uma marca decisiva em todas as falas dos egressos. É fato que por meio desses engajamentos os jovens também operam na perspectiva de ajuda mútua no seio da comunidade. Na verdade, essas organizações se fazem presentes não somente no concernente ao envolvimento com suas expressividades, mas em quase todas as decisões de grande porte em ocasiões de enfrentamento de desafios pelas quais a comunidade precisa passar. Assim, embora estejam desenvolvendo ações referentes a manifestações culturais, não estão ausentes das questões que envolvem seus bairros, e os jovens que nessas organizações estão congregados revelam suas potencialidades e seu espírito solidário (BRASIL, 2005c) sempre que se faz necessário.

Contudo, essa visão comunitária que pode ser expressa também pelas entidades/organizações de expressões culturais, veio a ser manifesta em São Luís após a redemocratização do país nos anos 1980. Anteriormente, tais grupos se organizavam sem considerar os problemas existentes na comunidade, focavam suas atenções na brincadeira e eram indiferentes ao envolvimento com o bairro. Embora a comunidade pudesse colher alguns louros por comportar grupos expressivos, isso não significava, entretanto, que os seus participantes, em especial quem ocupava os postos de comando, se importassem com as questões sociais inerentes à coletividade.

É sabido que, após a redemocratização do nosso país na década de 1980, novos movimentos sociais emergiram, desta vez, diferentemente do formato das CEBs, pois possuíam caráter específico de atuação em lutas pela terra, por creches comunitárias, reivindicação por centros de saúde, transporte coletivo, infraestrutura urbana, bem como outras novas formas de organização similares, as quais possibilitavam que os indivíduos pudessem demonstrar por meio das mais variadas expressões, inclusive culturais e artísticas, o sentimento e a ação de pertencimento e de engajamento com a sua comunidade.

Nessa ocasião, os movimentos sociais passaram a campear “[...] resultados gradativos, contínuos e relativos” (PEREIRA, 2001, p. 130), ao mesmo passo em que a cidadania social advogada por Marshall (1963) passava a ser enfatizada também por meio da dimensão cultural (TURNER, 1994). Desta forma, as expressões artísticas e culturais que denunciam, reivindicam, retratam engajamento social, preocupação com seus pares, espírito gregário e de bem comum são também consideradas exercícios de cidadania.

No entanto, na década de 1990, com o advento da reestruturação no mundo das relações de trabalho e a grande preocupação em combater a pobreza, meta estabelecida prioritariamente pelo movimento neoliberal, no Brasil, as manifestações comunitárias populares de caráter solidário se deslocaram para que juntamente com a sociedade civil buscassem recursos de combate à pobreza, à violência e à corrupção. Isso também ocorreu com o surgimento das ONGs, já que, por meio da “ação privada voluntária”, essas organizações tinham por finalidade primeira inserir as classes economicamente baixas no novo mercado econômico que surgia.

Esse novo cenário veio reforçar a individualidade em detrimento do coletivo. Entretanto, o sentimento de pertencimento às suas comunidades, que a maioria das pessoas que fazem parte dos estratos sociais mais baixos também carregam em si, continuou entre a maioria. Além disso, inúmeras¹⁵ iniciativas com experiências inovadoras, que de certa forma aparelhavam o jovem na deliberação das ações coletivas, foram desenvolvidas, muitas conferindo às ações de cunho cultural um caráter político e pedagógico que brotava do *ethos* do grupo local¹⁶.

Por outro ângulo, nesse contexto dos anos de 1990, germinava com relativa expressividade a visão¹⁷ que, contrariamente ao paradigma que defende a totalidade social, advogava pelas ações isoladas de determinados grupos, referentes a etnias, sexo, idade, portadores de deficiências, entre outros. Nessa trilha, seguem as políticas focalizadas, como o ProJovem, e as aspirações comunitárias de bairro, que podem ser reveladas também pelas expressões culturais, igualmente como na década de 1980, mas que agora obedecem, entretanto, à lógica que rege o momento da sociedade atual de forma focalizada e particularizada.

Em sintonia com essa visão, os jovens pesquisados que estão inseridos em manifestações culturais, seja ocupando postos nas organizações ou como brincantes, sentem-se engajados também em ações de viés comunitário, e não as diferenciam uma da outra (assumindo tarefas ou como brincantes). Desta forma, na compreensão dessa juventude, sua atuação nessas atividades, mesmo somente como brincantes, como já dissemos, não são consideradas menos importantes do que as ações dos expressivos líderes comunitários.

¹⁵ Escola de Formação Quilombos de Palmares - Pernambuco, Ação educativa - São Paulo, Federação de Órgão de Assistência Social e educacional, Rede de Jovens do Nordeste, Centro de Jovens em São Paulo, etc.

¹⁶ A ideia que considera manifestações ou expressão cultural como ação comunitária originou-se na militância política dos anos 1960, como uma das formas de preservar a cultura local em detrimento da ideologia norte-americana que se impetava no seio da sociedade brasileira.

¹⁷ Multiculturalismo.

Do mesmo modo, esses mesmos jovens também se sentem valorizados quando realizam ações ligadas a organizações religiosas. Importa observar que a conexão entre ação coletiva e religiosidade não remonta somente aos anos 1960 na militância política das CEBs. Nos anos de 1990 essa ação foi redimensionada de forma a considerar outras religiões além da católica, por meio dos trabalhos desenvolvidos junto à juventude pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação e na *Koinonia* - Presença Ecumênica e Serviços, em São Paulo. Nessa perspectiva, em sintonia com o ecumenismo inerente à contemporaneidade, localizamos entre os grupos pesquisados, jovens ligados às mais variadas religiões e todos comportando em si um espírito de pertencimento ao bairro.

A constatação do que dizemos se manifesta por meio do sentimento de pertencimento para com a localidade que vimos aflorado na fala dos sujeitos.

Não é pretensão deste estudo, afirmar a solidariedade como algo construído pelo programa, pois obviamente sabemos que esse espírito é inerente à natureza humana.

Por outro lado, em virtude da expressiva violência, espírito desagregador, individualidade e outros (mecanismos/atitudes) que não constroem o “comunitário” nos dias atuais, podemos afirmar pelos resultados do estudo que o ProJovem de alguma forma provocou o despontar da solidariedade, o espírito gregário o que colabora para uma boa convivência entre os jovens e os seus pares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa nos revelam a presença de um acentuado espírito gregário nos egressos pesquisados, mesmo porque, nesse estudo, a expressão maior de ação comunitária se desloca para a agregação juvenil no interior das manifestações culturais. Tal deslocamento se justifica porque, em São Luís, como em outros contextos que valorizam as expressões culturais/religiosas, essas também funcionam como elo que congrega e fortalece vínculos entre as pessoas, bem como, entre as pessoas e o próprio lugar/ comunidade.

Desta forma, o diferenciador que se revela como efeito produzido pelo ProJovem nesse item se assenta, essencialmente, na existência de um número razoável de jovens egressos engajados em atividades de expressões culturais, realizando tarefas e/ou localizados em postos de comando ou na condição de brincantes. Todos, de forma ampliada ou restrita, atribuem ao ProJovem o mérito por desenvolverem as mencionadas tarefas. Pensamos que a preferência juvenil por essa forma de engajamento, em detrimento das demais, ocorre, em primeiro lugar, motivada pelo peso que essas manifestações carregam dentro da cultura

ludovicense, pois são centenariamente cultivadas objetivamente e no imaginário social. Na atualidade, são apreciadas durante todo o ano, especialmente no período dos festejos juninos, e tal preferência é uma das características que marca e distingue o povo maranhense, tendo em vista que são tradições que se revelam como culturais.

Em segundo lugar, a preferência juvenil por essa forma de engajamento ocorre porque as manifestações culturais são carregadas de alegria, entusiasmo, arte, movimento e comportam um grande aspecto de entretenimento, o que vem a combinar com as características imanescentes da juventude. No entanto, notamos que o aspecto alegre e prazeroso existente nessas manifestações não impede que os jovens guardem em si valores e sentimentos de cooperação, solidariedade e comunidade, pois a participação ativa nessas atividades culturais faz com que realizem esforços para elevar e dar visibilidade à comunidade onde estão inseridos. Isso nos encaminha a admitir que essa juventude possui uma *vita activa*, na medida em que, por meio da sua participação nas expressões culturais, é condicionada pela cultura e pelas normas sociais e organizacionais existentes, as quais foram inventadas por outros homens que por lá passaram, ao mesmo tempo em que dá à juventude prosseguimento a essas invenções, bem favorecendo a emergência de outras. Por meio dessas organizações coletivas são transpostos impedimentos no sentido de entender e requerer progressivamente novos direitos (ARENDDT, 1992).

Em face dessas reflexões tendemos a concluir que o ProJovem provocou diferença na vida dos egressos, no sentido do encaminhamento do exercício de suas cidadanias.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: LDB 9.394/96. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Secretaria Geral da Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens-ProJovem. **Projeto do Programa ProJovem: educação qualificação e Ação Comunitária**. Brasília, DF, 2005c.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/2001. Brasília, DF, 2001.

CASTRO, Mary Garcia; VASCONCELOS, Augusto. Juventude e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: FERNANDES, R.

César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Civicus, 2007.

CEPAL. **Juventud, población y desarrollo en América latina y el Caribe. Problemas, oportunidades y desafíos**. Santiago do Chile, 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/20386/P20386.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl>>. Acesso em: 10 set. 2009.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2003-2004**. Santiago de Chile: Publicación de las Naciones Unidas, 2004. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/20386/P20386.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl>>. Acesso em: 23 set. 2009.

DIAS, Edmundo Fernandes. Cidadania e racionalidade de classes. **Univ. Soc.**, ano 5, n. 11, p. 130-139, 1996.

FERNANDES, Rubens César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Civicus, 2002.

IBGE. **Área territorial oficial**. Resolução n. 5 de 10 de outubro de 2002. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/5%C3%A3%C3%A3%AD3\(Maranh%C3%A3.\)#cite_ref_IBGE_C3A1rea53-/](http://pt.wikipedia.org/wiki/5%C3%A3%C3%A3%AD3(Maranh%C3%A3.)#cite_ref_IBGE_C3A1rea53-/)>. Acesso em: 6 out. 2011.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2008.

IBGE. **Censo demográfico 2001**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2008.

ILLICH, Ivan. **Sociedades sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MELO, Maria A.; CASTELO BRANCO, L. M. da. Os egressos do Projovem em São Luís: quem são esses sujeitos? In: DUARTE, M. R. T. **Palavras de jovens sobre o Projovem**: estudos com egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009. p. 57-73.

NOVAES, Regina C. R. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendências Globais de emprego para a juventude**. GENEBRA, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Juventude e trabalho na América Latina e Caribe**. GENEBRA, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho Descente nas Américas**. Brasília, DF, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembléia geral**. 12 julho. 2001a. Disponível em: <<http://www.publicacoeshumanas.org/download/onu.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Youth Empowerment Strategy**. Dakar. 2001b. Disponível em: <<http://www.publicacoeshumanas.org/download/onu> >. Acesso em: 2 dez. 2009.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

TURNER, B. S. Postmodern Culture/ Modern Citizens. In: STEENBERGEN, B. V. **The condition of Citizenship**. London: Sage, 1994. p. 153-168.

UNESCO. **Juventude, violência e vulnerabilidade na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília-DF, 2002.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília-DF, 2004.